



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Globo
07 de Novembro
de 2013.

PROTESTO EM LAGARTO

Grupo faz barricada em frente ao fórum

Donos de lanchonete que perderam ou correm o risco de perder os seus estabelecimentos por conta de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público de Lagarto realizaram, na tarde de ontem, uma manifestação em frente ao Fórum do município. Na ocasião, os manifestantes queimaram pneus e bloquearam a BR que dá acesso a Lagarto nos dois sentidos.

Segundo a ação civil pública, as lanchonetes estão ocupando espaços públicos que poderiam ser praças, por exemplo. Em entrevista ao Portal Lagartense, o promotor Antônio César Leite explicou que essa história começou quando um comerciante fez uma denúncia após ter sua lanchonete demolida no povoado Brasília por determinação da Justiça. E por aí em dian-

te, começaram a surgir mais. Para resolver esse problema, a Justiça está propondo uma licitação;

Alguns vereadores se mobilizaram e participaram junto com os donos de lanchonete da manifestação, a exemplo dos vereadores Cláudio de Dona Leu (PP) e Fábio Frank (PCdoB). O vereador Cláudio informou que 30 donos de lanchonete já receberam notificações para deixar o local e que outros 10 proprietários já fecharam o estabelecimento. Ainda segundo o parlamentar, outras 345 lanchonetes do município correm o risco de fechar.

“Há uns três anos o promotor de Justiça César Leite começou a notificar as lanchonetes e quiosques que estavam instaladas em locais públicos. Na época, conversamos com o gestor público e com o pro-

motor e as notificações pararam. No ano passado as notificações voltaram. Dez lanchonetes já fecharam por conta das exigências do Ministério Público”, explicou Cláudio.

Com a manifestação, os parlamentares veem a possibilidade de pressionar o Ministério Público a tentar um acordo com os proprietários, para que a solução não seja apenas a desocupação dos locais. “A gente quer que pelo menos as lanchonetes permaneçam por um tempo, antes que a licitação de fato ocorra. Estamos mobilizando os moradores dos municípios e fazendo um abaixo-assinado que já tem 10 mil assinaturas. A nossa meta é que 70% do município participe desse abaixo-assinado”, disse Cláudio de Dona Leu.

O vereador Fábio Frank explicou que na época em que os locais

foram dados aos proprietários, eles foram doados de boca e, por isso, não existe nenhum documento confirmando a doação dos locais por parte da prefeitura. O parlamentar informou ainda que a prefeitura teve um prazo legal para recorrer da decisão de desapropriação dos terrenos, mas não fez.

“Então, a prefeitura doou esses terrenos sem o processo licitatório, o promotor recebeu denúncias que esta doação era irregular, e ele coberto pela lei, começou a agir no município. A prefeitura não recorreu da ação e hoje os donos de lanchonete podem perder o seu ganha pão. São centenas de famílias que movimentam o comércio, que empregam, e de uma hora para outra estão correndo o risco de ficar sem nada”, considerou Fábio Frank.